

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.625.441 - PE (2016/0225245-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : VLADIMIR VOUCHAN DO NASCIMENTO  
**RECORRENTE** : ELAINE MARGARETE DO NASCIMENTO  
**RECORRENTE** : EDINAURA DO NASCIMENTO  
**RECORRENTE** : WALTER INAJA DO NASCIMENTO  
**RECORRENTE** : ONALDO ELY DO NASCIMENTO  
**RECORRENTE** : MARIO ROBERTO DO NASCIMENTO  
**RECORRENTE** : EDLEUSA NASCIMENTO ALCANTARA  
**RECORRENTE** : ELIEL SIMEI DO NASCIMENTO  
**RECORRENTE** : JAIRO JAIR DO NASCIMENTO  
**ADVOGADO** : RICARDO AGRIPINO GALVÃO DE ARAUJO E OUTRO(S) -  
PE034771  
**RECORRIDO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO CONTRA FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. HABILITAÇÃO DE HERDEIROS. COMPETÊNCIA DE UMA DAS TURMAS DA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. REDISTRIBUIÇÃO.

**DECISÃO**

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) interpôs agravo de instrumento contra decisão que, nos autos da execução de sentença (Proc. nº 0012605-50.1999.4.05.8300), deferiu a habilitação dos herdeiros de Maria Quitéria do Nascimento (HERDEIROS), afastando a sua alegação de ocorrência da prescrição da pretensão executória.

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu provimento ao agravo, nos termos da seguinte ementa:

*PROCESSUAL CIVIL. MORTE DA AUTORA. HABILITAÇÃO DE SUCESSORES NA EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO. CONSUMAÇÃO.*

*1. Embora a morte da parte autora implique a suspensão do processo e, por conseguinte, do prazo prescricional, tal paralisação não torna imprescritível o direito dos sucessores em requerer a habilitação no feito executivo, sob pena de eternização da demanda.*

*2. Hipótese em que há de ser reconhecida a consumação da prescrição quanto à habilitação dos herdeiros da parte autora, vez que feita tal postulação quando já transcorrido lapso*

*considerável desde o seu falecimento.*

*3. Agravo de instrumento provido (e-STJ, Fl. 965).*

Inconformados, os HERDEIROS interpuseram recurso especial, com fundamento no art. 105, III, c, da CF, alegando que o entendimento firmado pelo acórdão recorrido está em desacordo com a jurisprudência do STJ, que tem orientação no sentido de que o falecimento do exequente suspende o processo e, na ausência de previsão legal impondo prazo para habilitação dos sucessores, suspende também a prescrição até a habilitação.

Contrarrazões do recurso especial (e-STJ Fls. 1.050/1.053).

É o relatório.

DECIDO.

Nos termos do art. 9º, *caput*, do RISTJ, a competência das Seções e das respectivas turmas do Superior Tribunal de Justiça é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa.

No caso em epígrafe, a questão tratada nos autos diz respeito a direito público em geral na medida em que envolve a discussão acerca do prazo prescricional para habilitação dos sucessores da falecida, que era pensionista e havia proposto ação contra o INSS, para execução do julgado.

Assim, verifica-se que a competência para apreciar o recurso é de uma das turmas integrantes da Primeira Seção desta Corte.

A propósito, citam-se os precedentes a respeito da matéria discutida nos autos: REsp nº 1.657.663/PE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, julgado aos 8/8/2017, DJe de 17/8/2017 e REsp nº 1.657.326/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, julgado aos 4/4/2017, DJe de 25/4/2017.

Desse modo, a natureza da relação jurídica em litígio indica a competência de uma das Turmas da Primeira Seção, de modo que determino a redistribuição do feito a um dos Ministros das Turmas que compõem a aludida Seção.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator